



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA 003/2025 - DIMAP

CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA COBERTURA DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, EM BRASÍLIA-DF.

(Contratação de Seguro de Riscos Nomeados)

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de seguro predial na modalidade de Seguro de Riscos Nomeados para garantir a cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF, conforme condições estabelecidas neste Termo e seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Motivação:

2.1.1. A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade da Administração em prevenir-se contra os riscos de eventuais sinistros causados por incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos, responsabilidade civil, derrame ou vazamento de chuveiros (*splinkers*), furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento e inundação, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário e manter a integridade dos bens móveis e imóveis sob a responsabilidade do Tribunal;

2.1.2. A nova contratação visa dar continuidade aos serviços prestados prestados pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., uma vez que o contrato nº 10/2020 (documento n. 9649900 – PA SEI nº 0000901-92.2019.4.01.8000) atingirá o limite de prazo de prorrogações de 60 (sessenta) meses em 12 de fevereiro de 2025.

2.2. Benefícios Diretos:

2.2.1. Assegurar proteção ao TRF1 em relação a eventuais prejuízos que possam ocorrer, seja por atos diversos ou catástrofes garantindo a reparação dos danos, respeitando os riscos previstos e as coberturas estabelecidas;

2.3. Benefícios Indiretos:

2.3.1. Mitigar riscos decorrentes de sinistros que possam comprometer o funcionamento do Tribunal, garantindo a cobertura de eventuais danos.

2.4. Correlação com o planejamento existente:

2.4.1. A proposta está em consonância com o [Plano Estratégico da Justiça Federal \(2021-2026\)](#), objetivos estratégicos: *Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos*. Alinha-se, ainda, com o Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região - [PLS - TRF1 2021-2026](#) e com o [ODS 16 da Agenda 2030/ONU](#), que visa

promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA, de 2025, conforme detalhamento abaixo:

2.5.1. Link do PCA: [\[https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual---pca\]](https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual---pca)

2.5.2. Unidade Requisitante: DIMAP/SecGA

2.5.3. Id da futura contratação: TRF1_DIMAP_0012_2025

2.5.4. Natureza da Despesa: 33.90.39

2.4.2. A presente contratação é decorrente da recomendação emitida pela Secretaria de Controle Interno desta Corte, conforme Informação 337/2012, referente ao Processo Administrativo nº 2.723/2011, que considera necessária a contratação, por razões de prudência e cautela, embora a Administração não esteja obrigada a realizá-la, além de estar condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários.

2.6. Referência a Estudos Técnicos Preliminares que embasaram a contratação:

2.6.1. A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos E.1 e F.4 do Estudo Técnico Preliminar - ETP Completo 23214448.

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. Da modalidade e tipo de Licitação:

3.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes de Pregão Eletrônico conforme disposto no inciso I, art. 28 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, visto se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Formas e Critérios de Seleção de Fornecedor

3.2.1. Será adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

3.3. Critério de Aceitabilidade da Proposta

3.3.1. Adjudicação Global, do objeto desta licitação cujos bens estão listados no **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco**, deste Termo de Referência.

3.3.2. Justificativa: A adjudicação global está justificada considerando a inviabilidade operacional na gestão dos inúmeros contratos que poderão resultar após a licitação com adjudicação por item, concomitante à redução do risco de inexecução, dessa maneira, entende-se pela conveniência da adjudicação a uma única empresa.

3.4. Natureza da Contratação

3.4.1. O objeto da contratação é de natureza contínua tendo em vista tratar-se de prestação de serviço regular padronizado.

3.4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período ou fração, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, incluindo os primeiros 12 (doze) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.4.3. O contrato poderá ser prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei n.14.133/2021.

5. DO DETALHAMENTO DO OBJETO/QUANTIDADES

5.1. Os eventos a serem cobertos pelo seguro a ser contratado e respectiva importância de cobertura estão indicados **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

5.2. O presente seguro deve garantir, até o Limite Máximo de Indenização, o pagamento de indenização ao Segurado, por prejuízos consequentes dos riscos cobertos.

Item	Código Sicam	Código Siasg	Qtde.	Un	Discriminação	Requerente
01	39.69.001.310	000013943	01	un	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF	Dimap

5.3. O Valor Total em Risco é de **R\$ 311.893.099,74 (trezentos e onze milhões, oitocentos e noventa e três mil e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos)** sendo R\$ 204.803.782,43 (duzentos e quatro milhões, oitocentos e três mil setecentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos) para a cobertura dos imóveis e R\$ 107.089.317,31 (cento e sete milhões, oitenta e nove mil trezentos e dezessete reais e trinta e um centavos) para a cobertura dos bens móveis (máquinas, móveis e utensílios), conforme **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

5.4. As atividades desenvolvidas nos imóveis informados neste instrumento são aquelas inerentes ao serviço público - prestação jurisdicional e respectivas atividades administrativas próprias ao funcionamento do órgão, conforme consta no **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco.**

5.5. Para o cálculo do valor do Limite Máximo de Indenização (LMI), foi considerado o valor do prédio referente ao item 1.3 conforme quadro abaixo, sendo R\$58.210.545,06 (cinquenta e oito milhões, duzentos e dez mil quinhentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) para a cobertura dos imóveis e R\$ 53.348.661,24 (cinquenta e três milhões, trezentos e quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos) para a cobertura dos bens móveis (máquinas, móveis e utensílios), totalizando o Limite Máximo de Indenização (LMI) de **R\$ 111.559.206,30 (cento e**

onze milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil duzentos e seis reais e trinta centavos).

It e m	Descrição	Endereço	Área	Destinação
1.3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.012,49 m2	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde 1º e 2º pavimento - Escritório.
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m2	Térreo a Sobreloja: Escritório 1º andar: Escritório 2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: depósito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório

5.6. O TRF1 dispõe de Brigada de Incêndio formada, e de sistemas de prevenção de incêndio, conforme o **Anexo III - Relatório dos Sistemas de Segurança**, deste Termo de Referência, no qual constam todos os sistemas de proteção dos imóveis por localização.

5.7. Há contrato de manutenção preventiva e corretiva das edificações e instalações do TRF1 em vigor;

5.8. Dados da última contratação:

- a) Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A;
- b) vigência da Apólice: das 24h de 12/02/2024 às 24h de 12/02/2025;
- c) não houve ocorrência de sinistro durante a vigência do Contrato nº 10/2020 (9649900), assinado em 12/02/2020;
- d) valor total do prêmio pago: R\$

5.9. Os imóveis pertencentes a este Tribunal estão inseridos no conjunto urbano de Brasília que é tombado, nos termos da Portaria Iphan nº 314/92 e Portaria Iphan nº 166/2016. Contudo, nenhum deles faz parte dos imóveis tombados individualmente pelo IPHAN;

5.10. Todas as edificações possuem área para arquivo, sendo que nos edifícios Sede III e Anexo II (Ed. Adriana), há arquivos judiciais. Além, desses, há processos administrativos armazenados, inclusive na categoria "guarda permanente".

5.11. Não existem imóveis desocupados ou locados, à exceção da nova sede do TRF1, que se encontra em construção, porém não integra o conjunto de imóveis objeto desta contratação.

5.12. Os bens em desuso e/ou avaliados como inservíveis, após devolvidos à área de patrimônio, são destinados a compor processo de desfazimento de bens móveis em conformidade com a Instrução Normativa 14-16 do TRF1.

5.13. Não foram utilizados isopainéis nas edificações. Porém, os Edifícios Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe e Base Operacional de Serviços Administrativos possuem telha termoacústica.

Metragem:

- Base Operacional: não temos planta da cobertura, pela projeção na planta baixa é cerca de 1.986,12 m2.
- Esmaf: 991,31 m2.
- Hotel: 1.057,96 m2.

5.14. O serviço de Saúde do TRF1 realiza diversas atividades, tais como: consultas médicas, odontológicas, de enfermagem, de nutrição, de serviço social, emissão de atestados de saúde, atendimento de emergência nos postos de trabalho (inclusive, com utilização de desfibrilizador, quando necessário), exames periódicos de saúde, além de ações relacionadas à saúde e segurança do trabalho, entre outras. O setor também dispõe de local apropriado para a coleta e o descarte de resíduos hospitalares.

5.15. Os imóveis podem ser submetidos a obras de Retrofit (reforma e reabilitação) durante a vigência da apólice. No entanto, qualquer alteração referente ao valor total dos bens abrangidos pela apólice, assim como a inclusão e/ou exclusão de bens, serão objeto de endosso, conforme estabelecido no item 12 deste Termo de Referência.

6. DA PROPOSTA

6.1. A proposta deverá ser elaborada contendo a descrição do objeto, o valor total em risco, o limite máximo de garantia, o valor do prêmio, os endereços a serem segurados com os respectivos valores em risco e as coberturas e franquias, conforme modelo constante do **Anexo IV - Planilha de Formulação de Preços**, deste Termo de Referência.

6.2. Os preços cotados deverão ter alíquota de IOF igual a zero, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 2º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

7. DA VISTORIA

7.1. Fica facultado às licitantes realização de vistoria prévia, devidamente agendada com a Divisão de Engenharia - DIENG, pelo telefone **(61) 3410-3230, de segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 17h**, ou pelo endereço eletrônico **dieng@trf1.jus.br**, para esclarecimento de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para levantamento e análise do risco pelo qual se responsabilizará, no caso de contratação do seguro.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

8.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, devidamente registrado no órgão competente.

8.1.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

8.1.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

8.1.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

8.1.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País.

8.1.3. Em se tratando de cooperativas:

8.1.3.1. Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

8.1.3.2. Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

8.1.4. Em se tratando de empresas reunidas em consórcio - apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

8.1.4.1. Designação do consórcio e sua composição;

8.1.4.2. Finalidade do consórcio;

8.1.4.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

8.1.4.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

8.1.4.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

8.1.4.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

8.1.4.7. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

8.1.4.8. No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 7.1.4, deve estar previstas as seguintes condições:

8.1.4.8.1. de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 8.1.4.3 deste Termo de Referência.

8.1.4.8.2. de que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

8.1.4.8.3. acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

8.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

8.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

8.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

8.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

8.3.2. Em se tratando de consórcios, deverá ser apresentada certidão negativa de falência de cada empresa consorciada, cujo exame ocorrerá separadamente.

8.4. Qualificação Técnica:

8.4.1. A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação de prova de Regularidade ou Certidão de Licenciamento, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

8.4.2. Justificativa: A qualificação técnica se justifica devido à necessidade de se certificar que a Seguradora tenha os requisitos necessários para cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue:

9.1.1. Após o término de vigência da apólice 4061000011496, ocorrido em 12/02/2025, a Divisão de Material e Patrimônio - Dimap identificou a necessidade de contratar empresa para prestação de serviços de seguro predial contra incêndios, raios, explosões; danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade Civil; derrame de água ou vazamento de chuveiros automáticos (splinklers), sistemas de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações, para cobertura do patrimônio mobiliário e imobiliário em uso pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, compreendendo os bens, valores e coberturas contidos no **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco**, deste Termo.

9.1.2. Por se tratar de serviço com fornecimento contínuo o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que

haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, nos termos do [art. 108 da lei nº 14.133/2021](#).

9.1.3. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo.

9.1.4. A apólice a ser apresentada a este Tribunal deverá demonstrar em suas condições particulares ou especiais as cláusulas concernentes às coberturas exigidas no presente instrumento e seus anexos.

9.1.5. Caracterizado o sinistro, a Seguradora fica responsável por garantir a plena cobertura estabelecidas na apólice e no termo de referência, providenciando a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep.

9.2. Sustentabilidade

9.2.1. O objeto prescinde de estudos ambientais por se tratar de prestação de serviços.

10. DA APÓLICE DE SEGURO

10.1. A Seguradora deverá emitir a(s) apólice(s) em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e deverá constar o seguinte:

10.1.1. Identificação da Seguradora, com o respectivo CNPJ, o número do processo administrativo da SUSEP que identifica o plano comercializado, as datas de início e fim de sua vigência, e descrição de cada edifício com suas devidas especificações, localizações e valores em risco;

10.1.2. Prêmios discriminados por cobertura, Limites Máximos de indenização e Limites Máximos de Garantia da apólice;

10.1.3. O nome ou a razão social do segurado;

10.1.4. Todos os procedimentos para a liquidação de sinistros, com especificação dos documentos básicos necessários a serem apresentados para cada tipo de cobertura;

10.2. Prazo de vigência da Apólice:

10.2.1. O prazo de vigência da Apólice será de 12 (doze) meses contados do início da vigência do seguro.

10.3. A Seguradora deverá emitir e entregar a apólice do seguro **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato, a qual será estabelecida no próprio contrato, onde constarão todos os dados do seguro, os bens segurados, a cobertura, os valores contratados e a vigência do seguro.

10.3.1 A apólice poderá ser entregue por meio físico ou eletrônico, com assinatura eletrônica válida e com confirmação de recebimento, à Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-903, *e-mail*: dimap@trf1.jus.br, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.

10.4. O fato de a Seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste instrumento, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

10.5. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, entre outros, a Seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar do recebimento do pedido expresso do SEGURADO.

11. DO AVISO DE SINISTRO

11.1. A Seguradora deverá colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias da semana, central de atendimento para aviso de sinistro;

11.2. a central poderá funcionar por *e-mail*, telefone, fax ou serviço *online*, com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

11.3. Após registro de sinistro, a Seguradora terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando o pagamento da indenização aplicável ao caso.

12. DO ENDOSSO

12.1. Quaisquer alterações, tais como inclusão, substituição e exclusão de imóvel na apólice poderão ser solicitadas pelo SEGURADO e processadas pela Seguradora, mediante endosso;

12.2. O valor do prêmio a ser pago à Seguradora concernente a eventual emissão de Endosso(s) à Apólice Original, quando cabível, deverá manter a proporcionalidade com o prêmio total originariamente contratado e o valor total dos bens ora descrito no presente Termo de Referência e seus anexos, inclusive, no tocante à vigência do endosso, considerando coberturas e bens similares.

12.3. A proposta de prêmio de seguro, sempre que solicitado pelo SEGURADO, por ocasião de endosso/inclusão de novos bens, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

12.4. Para efeito de cálculo da nova proposta, deverão ser observados os parâmetros utilizados na proposta inicial, bem como neste Termo de Referência.

12.5. A vigência de eventual endosso deverá ocorrer a partir da data consignada na proposta da Seguradora, ou da data da alteração da apólice, quando realizada por meio de Central de Atendimento.

12.6. As apólices referentes a endossos deverão ser fornecidas no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados do pedido expresso do Segurado, promovendo, no mesmo prazo, quando necessária, as atualizações dos dados disponíveis, devendo ser observado a hora e data de início da vigência. A apólice de seguro deverá conter as normas estabelecidas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

12.6.1. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá, a qualquer tempo, ser realizada pela Divisão de Material e Patrimônio do TRF1, em Brasília-DF.

13. DOS RISCOS COBERTOS

13.1. Para fins de apuração dos prejuízos indenizáveis, a seguradora será responsável pela cobertura integral dos danos, até o valor do Limite Máximo de Indenização (LMI).

13.2. Fica entendido e acordado que o seguro sobre os equipamentos abrangerá, também, os respectivos acessórios adicionais a eles incorporados.

13.2.1. A indenização de qualquer bem será calculada com base em seu valor unitário. Entretanto, nos casos em que o bem for composto por um conjunto de

itens integrados que constituem um único objeto, deverá ser considerada a totalidade desse conjunto para fins de apuração do valor indenizável.

13.3. O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

13.3.1. Cobertura Básica contra incêndio (que deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências), queda de raio ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados e explosão ou implosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos;

13.3.2. Coberturas Acessórias para danos elétricos; impacto de veículos e queda de aeronaves; responsabilidade civil (RC Geral); derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*), sistema de hidrantes e mangotinhos; furto qualificado e roubo de bens; quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro; alagamento e inundação; vazamento de tanques e ruptura de tubulações.

13.4. A cobertura referente a **Danos Elétricos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados a quaisquer máquinas, equipamentos ou instalações eletrônicas ou elétricas devido a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, inclusive a queda de raio ocorrida fora do local segurado.

13.5. A cobertura referente a **Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos materiais aos edifícios segurados e seus equipamentos, mobiliários e demais bens neles contidos decorrentes de impacto direto de veículos automotores terrestres, inclusive os pertencentes ao próprio órgão ou a terceiros, ainda que conduzidos por pessoas não autorizadas; queda, choque ou aterrissagem forçada de aeronaves ou quaisquer objetos que delas se desprendam, incluindo partes estruturais, bagagens ou cargas; danos ocasionados por veículos de terceiros que acidentalmente invadam o imóvel segurado ou sua área externa, como pátios, estacionamentos ou áreas de circulação;

13.6. A cobertura referente a **Responsabilidade Civil - RC Geral**, deverá assegurar proteção ao TRF1 em relação aos danos causados a terceiros e obrigado a indenizá-los, por decisão judicial ou decisão em juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, conforme as disposições contidas na Circular Susep nº 637, de 27 de julho de 2021. A referida cobertura deverá ser na modalidade específica para estabelecimento comercial e/ou industrial.

13.7. A cobertura referente ao **Derrame d'água, vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*), sistema de hidrantes e mangotinhos** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por água, proveniente do derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (*sprinklers*) existentes e instalados nos prédios segurados.

13.8. A cobertura referente à **Furto qualificado e roubo de bens** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos físicos diretamente causados pela subtração de coisa móvel alheia, para si ou para outrem, com ou sem o emprego de violência ou ameaça, mas com características de destruição ou rompimento de obstáculo, abuso de confiança, ocorrência de fraude, escalada ou destreza, emprego de chaves falsas ou mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

13.9. A cobertura referente à **Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive, pele de vidro** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e/ou danos materiais causados aos imóveis segurados.

13.10. A cobertura referente à **Alagamento e inundação** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por alagamento decorrentes de insuficiência de esgotos, galerias pluviais, desaguadouros e similares; tromba d'água, chuva, aguaceiro, enchente; transbordamento de rios, lagos, lagoas, represas e canais; ruptura ou transbordamento de encanamento, canalizações, adutoras, e reservatórios, não pertencentes ou localizados no terreno do imóvel segurado.

13.11. A cobertura referente à **Vazamento de tanques e ruptura de tubulações** deverá assegurar proteção ao patrimônio do TRF1 em relação a perdas e danos de origem súbita e imprevista, causados diretamente aos bens segurados, por vazamento de tanques e ruptura de qualquer tubulação ou canalização de esgoto, gás e água que pertençam ao edifícios do Tribunal.

13.12. Se **Danos Múltiplos e/ou Sucessivos** forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, **o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única "ocorrência"**.

13.13. Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável ao SEGURADO, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

13.14. Os eventuais desembolsos efetuados pelo SEGURADO, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo SEGURADO e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

13.15. O prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições do contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

13.15.1. Despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;

13.15.2. Valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

13.16. De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

13.16.1. Despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do sinistro;

13.16.2. Valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

13.16.3. Danos sofridos pelos bens segurados.

13.17. As instalações, itens e respectivos valores estão sujeitos a eventuais alterações em razão de novas aquisições ou desfazimento de bens durante o período da cobertura.

13.17.1. Os bens adquiridos após a assinatura do contrato serão considerados cobertos pela apólice, sem ônus adicional para o SEGURADO.

13.17.2. Os móveis, utensílios, mercadorias, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pelo SEGURADO, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

13.18. Os riscos tratados também incluem equipamentos tais como elevadores, geradores, entre outros que façam parte da estrutura de funcionamento deste Tribunal.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será permitida a subcontratação do objeto contratual.

15. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E VALORES A SEREM COBERTOS

15.1. Vide **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Riscos.**

16. RELATÓRIO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA

16.1. Vide **Anexo III - Relatório dos Sistemas de Segurança.**

17. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

17.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

17.1.1. A apólice deverá ser disponibilizada para o SEGURADO **no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos**, contados da data inicial fixada para a vigência do contrato, onde constarão todos os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.

17.1.2. A apólice poderá ser entregue por meio físico ou eletrônico, com assinatura eletrônica válida e com confirmação de recebimento, à **Divisão de Material e Patrimônio - DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, Edifício Adriana, Brasília-DF, CEP: 70.070-900, e-mail: dimap@trf1.jus.br**, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 09 e 18 horas.

17.1.3. A Seguradora deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.

17.1.4. A Seguradora vencedora da licitação deverá indicar, na forma do disposto no art. 118 da Lei 14.133, de 2021, um preposto para representá-la na execução do contrato e para atuar como interface entre ela e o Gestor Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

17.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

17.2.1. A apólice a ser apresentada a este Tribunal deverá demonstrar em suas condições particulares ou especiais as cláusulas concernentes às coberturas exigidas no presente instrumento e seus anexos.

17.2.2. As coberturas a serem contratadas correspondem àquelas descritas no presente instrumento e anexos, com destaque para as constantes do **Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco**. Contudo, outras modalidades de coberturas poderão, a critério deste Tribunal, ser contratadas durante a vigência da presente contratação, observados

os limites legalmente previstos.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Para esta Contratação não haverá necessidade da emissão de garantia contratual, visto que o objeto é regulamentado pela Susep.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

19.1. Colocar à disposição do SEGURADO, 24 horas por dia, durante os 07 dias por semana, central de atendimento para aviso de ocorrência de sinistro, a qual poderá ser acionada por *e-mail*, telefone, fax ou serviço online com acessibilidade em todo o território nacional, devendo fornecer número de protocolo de atendimento da chamada;

19.2. Após registro de sinistro, utilizando qualquer dos meios acima elencados, a Seguradora terá, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no local do dano e proceder às devidas formalidades, visando ao pagamento da indenização aplicável ao caso.

19.3. Permanecer como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros.

19.4. Realizar, no caso de ocorrência de sinistro, a liquidação dos sinistros em prazo não superior a **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do cumprimento de todas as exigências feitas ao SEGURADO.

19.5. Cumprir com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, inerentes às condições determinadas no presente Termo de Referência;

19.6. A Seguradora permanece como única e total responsável perante o SEGURADO, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente, quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

19.7. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

19.8. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, eis que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o SEGURADO.

19.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

19.10. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo SEGURADO.

19.11. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com ele, ainda que ocorrido

nas dependências do SEGURADO.

19.12. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais, municipais/distrital em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o fornecimento objeto do contrato.

19.13. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios, resultantes de ações judiciais a que o SEGURADO for compelido a responder em decorrência do contrato.

19.14. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no instrumento convocatório para a contratação.

19.15. Manter seus empregados identificados por crachá e uniformizados, quando em trabalho nas dependências do SEGURADO, sujeitos às suas normas internas (disciplina, segurança), porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.

19.16. Substituir no prazo definido pelo gestor e após recebimento de comunicação escrita do SEGURADO, qualquer empregado que seja considerado inconveniente à boa ordem, que não observe as normas internas do SEGURADO, não atenda às determinações da fiscalização do SEGURADO ou impeça a sua atuação.

19.17. Prestar os serviços na forma estabelecida neste instrumento, observando as normas legais a que está sujeita para o cumprimento do contrato.

19.18. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do SEGURADO, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da qualidade do serviço executado.

19.19. Comunicar ao SEGURADO, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do serviço, para a adoção das medidas necessárias à sua regularização.

19.20. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do SEGURADO no que tange ao cumprimento do objeto do contrato.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

20.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Seguradora possa cumprir o objeto do contrato.

20.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Seguradora, necessários à execução do contrato.

20.3. Comunicar à Seguradora qualquer irregularidade verificada na execução do objeto contratado, determinando a adoção das medidas necessárias à solução dos problemas.

20.4. Assegurar aos empregados da Seguradora o acesso às suas instalações para vistoria, respeitadas as normas internas (disciplina, segurança) do SEGURADO.

20.5. Apresentar à Seguradora todos os documentos referentes à ocorrência do sinistro e de pagamento do prêmio do seguro, bem como todas as informações ou esclarecimentos relativos a documentos e condições necessárias para cobertura securitária dos imóveis segurados;

20.6. Comunicar à Seguradora quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão de bens.

20.7. Comunicar à SEGURADORA a ocorrência de sinistro, por escrito e imediatamente após sua ocorrência, indicando os danos sofridos e o valor estimado do prejuízo.

20.8. Designar servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do

contrato.

20.9. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do contrato.

20.10. Exigir, sempre que necessária, a apresentação, pela Seguradora, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a sua contratação.

21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

21.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.

21.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo SEGURADO.

21.3. O gestor do contrato de que trata o subitem 21.2 desta cláusula, observado, no que couber, o Decreto 11.246/2022, deverá ainda:

21.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando à Seguradora o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21.3.2. Promover todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos observados no cumprimento do Contrato.

21.3.3. Comunicar formalmente à Seguradora as irregularidades cometidas.

21.3.4. Autorizar, receber e atestar os documentos da despesa, quando comprovado a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento.

21.3.5. Propor as glosas na(s) Nota(s) Fiscal (is)/Fatura(s) em decorrência de objeto não executado.

21.3.6. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

21.3.7. Notificar à Seguradora sobre o prazo limite para o exercício do direito ao reajuste, observada a possibilidade de negociação para reduzir os custos da contratação.

21.3.8. Acompanhar a execução desta contratação de forma a alcançar o cumprimento integral da execução do seu objeto.

21.3.9. Encaminhar às autoridades competentes eventuais pedidos de alteração e prorrogação contratual, observando os requisitos legais e contratuais.

21.3.10. Manter registro de aditivos.

21.3.11. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções contratuais cabíveis.

21.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

21.5. Expirada a vigência do contrato, o servidor ou comissão informará à autoridade competente acerca do integral cumprimento do objeto para fins de registros e respectivo controle financeiro-orçamentário.

22. DO PREPOSTO

22.1. A empresa Seguradora deverá nomear preposto para, durante o período de

vigência, representá-la na execução do contrato.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária, no ato de entrega da apólice, juntamente com o documento de cobrança, para posterior verificação da sua conformidade, pelo(a) responsável pelo recebimento do objeto.

23.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta, mediante termo detalhado e atesto do documento de cobrança, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime a Seguradora da responsabilidade de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

23.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da Seguradora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

23.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita entrega do serviço, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

23.5. Os serviços serão recusados quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste Termo de Referência e/ou proposta.

23.6. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

23.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

23.8. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilatação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

23.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Seguradora para emissão do documento de cobrança no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

23.10. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 23.2, não ocasionado por culpa da Seguradora, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a da sua efetivação. A Seguradora deverá formular o pedido, por escrito, ao SEGURADO, acompanhado da respectiva memória de cálculo e do respectivo documento de cobrança.

23.11. Ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SEGURADO cobrir o débito até a data do vencimento, ou no 1º dia útil subsequente, caso este ocorra em finais de semana ou feriados ou ainda por motivos aos quais não deu causa direta ou indiretamente.

24. DA VIGÊNCIA

24.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por

sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes, por meio de termo aditivo, observadas as condições e limites estabelecidos no [art. 107 da Lei 14.133/2021](#), já incluído o primeiro ano de vigência.

24.2. Para o encaminhamento do pedido de prorrogação do contrato, o gestor do contrato deve observar os seguintes requisitos:

24.2.1. Prestação regular dos serviços.

24.2.2. Manutenção do interesse do Contratante na realização do serviço.

24.2.3. Permanência da vantagem econômica para o Contratante.

24.2.4. Manifestação expressa da Seguradora quanto ao interesse na prorrogação.

24.2.5. Verificação se houve declaração de inidoneidade ou suspensão da Seguradora no âmbito da União ou do Contratante.

24.3. No caso de prorrogação do contrato, fica a Seguradora obrigada a apresentar nova apólice de seguro, com vigência para o novo período de 12 (doze) meses, sem interrupção com o período anterior.

24.4. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido possível proceder aos cálculos devidos para fins de reajuste do contrato, caberá à Seguradora no ato que manifestar anuência com a prorrogação, requerer a inclusão de cláusula no termo aditivo de prorrogação garantindo o seu direito ao reajuste, sob pena de preclusão.

24.5. A Divisão de Material e Patrimônio - DIMAP apresentará à Seguradora o valor segurado, para fins da apresentação da nova apólice.

24.5.1. No tocante aos bens imóveis, serão apresentados valores extraídos do Spiunet à época da renovação da apólice.

24.5.2 No tocante aos bens móveis, serão apresentados valores extraídos do sistema de patrimônio do Contratante, à época da renovação da apólice.

24.6. A taxa de prêmio - também denominada taxa comercial ou taxa de tarifa, obtida mediante a divisão do prêmio pela importância total segurada, a cada prorrogação, não deverá exceder o percentual fixado na proposta vencedora, incorporada ao contrato inicial.

24.7. O Contrato não será prorrogado quando a Seguradora tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do Contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

25. DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

25.1. Para efeito de pagamento do prêmio, a Seguradora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada o objeto contratado, o nome e a razão social do Segurado, a Identificação da Seguradora, com o respectivo CNPJ, o número da apólice e o valor do prêmio.

25.2. Prazos para liquidação e pagamento:

25.2.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto do documento de cobrança, devidamente protocolizado/recebido no setor competente do SEGURADO;

25.2.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2021.

25.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Seguradora.

25.4. Quando do pagamentos, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

25.5. O SEGURADO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas, inclusive aquelas em processo de apuração, ou indenizações, devidas pela Seguradora, nos termos do contrato.

26. DO REAJUSTE

26.1. A Seguradora poderá solicitar o reajuste contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, obedecendo ao seguinte:

26.1.1. Caso a Seguradora não solicite o reajuste, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

26.1.1. Deverá ser observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, data-base vinculada à data do orçamento estimado.

26.2. Os novos valores contratuais reajustados produzirão efeitos:

26.2.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa ao reajuste.

26.2.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão dos próximos reajustes.

26.3. Os reajustamentos não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com fundamento no art. 124, ii, “d”, da lei 14.133/2021.

27. PENALIDADES / SANÇÕES

27.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 27.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

27.3. O atraso injustificado na devolução do Contrato assinado sujeitará a licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).

27.4. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

27.4.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

27.4.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

27.4.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

27.4.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

27.4.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

27.4.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

27.4.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.4.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

27.4.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

27.4.5. fraudar a licitação;

27.4.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

27.4.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

27.4.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

27.4.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

27.4.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

27.4.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

27.5. A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 27.4.1, 27.4.2 e 27.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 27.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 27.1, alínea “b”.

27.6. À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 27.4.4, 27.4.5, 27.4.6, 27.4.7 e 27.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 27.1.

27.7. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Seguradora à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do empenho ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

27.7.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 27.7.

27.8. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o SEGURADO, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Seguradora, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 27.7.

27.9. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Seguradora poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 27.1, alínea “c”.

27.10. A Seguradora quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as

condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

27.10.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao SEGURADO até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do SEGURADO a sua aceitação.

27.10.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Seguradora às sanções previstas neste instrumento.

27.11. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o SEGURADO, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 27.7.

27.12. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Seguradora ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

27.13. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

27.14. O SEGURADO promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Seguradora.

28. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

28.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$**, conforme custos unitários apostos abaixo e conforme análise crítica e justificativas apresentadas na Informação Conclusiva - Valor Estimado da Contratação.

28.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI:(0022474-50.2023.4.01.8000).

ESTIMATIVA DE CUSTO								
"Contratação de seguro de riscos nomeados"								
Item	Código Sica m	Código Siasg	Qtde.	Unidade	Descrição	Valor Total em Risco	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Estimado (R\$)
01	39.69.001.310	000013943	01	Serv.	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF	R\$ 311.893.099,74	R\$111.559.206,30	R
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (12 MESES)								R\$

29. DA PROTEÇÃO DE DADOS

29.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados

29.2. A Seguradora obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

29.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

29.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

29.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

29.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

29.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

29.7. Não haverá tratamento específico de dados para esta contratação.

30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

30.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Unidade Gestora (UG)/Responsável: **090027/00001 - Secretaria do TRF da 1ª Região**
2. Fonte de Recursos: **0100000000**
3. Programa de Trabalho (PTRES): **168376**
4. Natureza de Despesa: **3390.39**

30.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após

aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

31. ANEXOS

- 31.1. Anexo I - Relação dos Imóveis / Endereço / Atividades Desenvolvidas / Valores em Risco;
- 31.2. Anexo II - Coberturas / LMI / Franquias;
- 31.3. Anexo III - Relatório dos Sistemas de Segurança.
- 31.4. Anexo IV - Planilha de Formulação de Preço.

32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. Este termo foi elaborado pela DIMAP – Divisão de Material e Patrimônio do TRF da 1ª Região. Informações e dúvidas poderão ser sanadas pelo telefone (61) 3314-1739 e 2196-2427, com os servidores **Neuraciene Augusta Coelho** e **Francisco Miguel Melo Rufino dos Santos**.

Brasília-DF, 04 de agosto de 2025.

Daniel de Andrade Santos Supervisor de Seção - SEMEQ TR301661	Ciro Marcos de Souza Nunes Engenheiro Eletricista (equipe técnica) TR19761PS	André Mamedes da Silva Engenheiro Civil (equipe técnica) TR19699PS
Neuraciene Augusta Coelho Supervisora da Seres/Dimap TR302285	Francisco Miguel Melo Rufino dos Santos Técnico Judiciário / Dimap	

ANEXO I							
RELAÇÃO DOS IMÓVEIS / ENDEREÇO / ATIVIDADES DESENVOLVIDAS / VALORES EM RISCO							
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO							
"Contratação de seguro de riscos nomeados"							
Item	Identificação do imóvel	Endereço	Área	Atividade	Valor dos Bens Imóveis (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor Total em Risco (R\$)
1.1	Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	16.371,35 m²	Térreo - garagem/escritório Subsolo- depósito/ escritório / garagem Sobreloja ao 3º pavimento- escritório	R\$60.638.461,09	R\$ 20.007.011,08	R\$ 80.645.472,17
		SAUS,					

1 . 2	Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	8.559,00 m²	2º Subsolo ao Térreo: Depósito/ Escritório	R\$ 40.566.925,72	R\$ 15.375.874,29	R\$ 55.942.800,01
1 . 3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.012,49 m²	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde1º e 2º pavimento - Escritório.	R\$ 58.210.545,06	R\$ 53.348.661,24	R\$ 111.559.206,30
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m²	Escritório1º andar: Escritório2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: depósito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento-escritório			
1 . 4	Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903	6.172,88 m²	Térreo ao 4º pavimento - Escritórios/Depósitos/Almoxarifado	R\$ 22.102.299,50	R\$ 15.135.116,76	R\$ 37.237.416,26
1 . 5	Centro de Treinamento da Justiça da 1ª Região - Centrejufe	Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970	5.945,24 m²	Escola Técnica	R\$ 21.517.643,96	R\$ 945.928,74	R\$ 22.463.572,70
1 . 6	Base Operacional de Serviços Administrativos - Tribunal Regional Federal da	Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120 Brasília/DF,	1.746,11 m²	Térreo - Gráfica, garagem e oficina Mezanino - Escritórios	R\$ 1.767.907,10	R\$ 2.276.725,20	R\$ 4.044.632,30

1ª Região	CEP 70610-610					
SUBTOTAIS				R\$204.80 3.782,43	R\$107.08 9.317,31	R\$ 311.893. 099,74
VALOR EM RISCO TOTAL				R\$ 311.893.099,74		
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA				R\$ 111.559.206,30		

ANEXO II			
COBERTURAS/ LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO / FRANQUIAS			
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO			
"Contratação de seguro de riscos nomeados"			
Valor em Risco Total: R\$ 311.893.099,74		Limite Máximo de Garantia: R\$ 111.559.206,30	
Cobertura	Risco	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Franquias
Básica: Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	Relativo	R\$ 111.559.206,30	Item 1.6_Base Operacional: 20% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 100.000,00 Itens 1.1 a 1.5: 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00
Danos elétricos	Absoluto	R\$6.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 10.000,00
Impacto de veículos e queda de aeronaves	Absoluto	R\$5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 3.000,00
Responsabilidade Civil (RC Geral) / Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais	Absoluto	R\$2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos	Absoluto	R\$3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	R\$300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00
Quebra de Vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$5.000.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$30.000,00
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absoluto	R\$2.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00

ANEXO III -

RELATÓRIO DOS SISTEMAS DE SEGURANÇA

**Relatório Qualitativo de Preventivos Existentes do
Tribunal Regional Federal - 1ª Região (Edifícios do Tribunal)**

Obs.: Relatório elaborado pela Equipe de Brigada com atualizações realizadas pela Divisão de Engenharia/TRF1

Edificação	Preventivos	Observações
Sede I	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers.	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, estão sendo instalados em toda edificação conforme projeto de implementação contra incêndio.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio.	Nesta edificação estão instalando sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras.	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade, porém, está sendo adequado para pressurização por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio.	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 05 (cinco) elevadores movidos por cabo de aço e polias; e 01 (um) elevador hidráulico.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal, portaria lateral e saídas da garagem interna no térreo), a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
	Sistema de chuveiros automáticos - tipo Sprinklers	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, se encontra presente em todos os pavimentos da edificação.

Sede II	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial). Porém apresenta falhas no sistema.
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03 (três) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saídas no 1º subsolo próximo ao malote), considerando, ainda, a rota de fuga existente no 2º subsolo do prédio, que permite acesso a área externa do prédio no pavimento térreo, ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais. Contudo, o acesso a saída do 2º subsolo tem desnível no piso e está gradeada e trancada com cadeados em desacordo com a norma NBR 9077.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por gravidade.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico) e uma carreta ABC 50kg . Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio	

Sede III	de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 04 (quatro) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas no centro da edificação. Está prevista uma modificação para um novo sistema de SPDA estrutural, que visa melhorar a proteção contra descargas atmosféricas e garantir a segurança da edificação e de seus ocupantes. Essa modificação visa atender às normas e regulamentações vigentes, além de proporcionar uma maior eficiência e confiabilidade ao sistema de proteção contra descargas atmosféricas.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal e saída da garagem no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação		
Edificação	Preventivos	Observações
Anexo I	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler, mas está inoperante .
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação possui equipe de brigada de incêndio durante todos os períodos, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Equipe treinada para atuação em situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 03 (três) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas -	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.

	SPDA	
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo e saída da garagem, no 1º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
Anexo II	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação não possui sistemas de detecção (detectores de fumaça, detectores de calor, acionador manual tipo quebra vidro, etc.) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), sendo 02 (dois) elevadores movidos por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas externas instaladas na lateral da edificação.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum e entradas/saídas comuns do prédio (portaria principal no pavimento térreo, acesso pelo 2º subsolo e saída da garagem, também no 2º subsolo), ambas a serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação	Preventivos	Observações
	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	O Sistema de chuveiros automáticos, tipo sprinklers, se encontra presente em todos os pavimentos da edificação.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).

Centrejufe - ESMF	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação possui sistema de transporte vertical (elevadores), 01(um) elevador movido por cabo de aço e polias.
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada de emergência, apenas escadas de uso comum. Todavia, esta edificação possui um auditório, e neste local existem 02 (duas) saídas de emergência. Além destas, o prédio possui entrada comum (portaria principal no pavimento térreo), podendo esta ser utilizada como rotas de fuga em situações emergências.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.
Edificação		
Preventivos		Observações
Centrejufe - Hotel	Sistema de chuveiros automáticos - tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistema de detecção (detectores de fumaça e acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser garantido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento.

Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal no pavimento térreo) e porta lateral no térreo, podendo serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais
Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
Base Operacional	Sistema de chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistemas de detecção (acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico). Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas.	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada comum (portaria principal na área de garagem e na lateral), podendo estas serem utilizadas como rotas de fuga em situações emergenciais
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

Edificação	Preventivos	Observações
	Sistema de	

Gráfica	chuveiros automáticos tipo Sprinklers	Esta edificação não possui sistema de chuveiros automáticos tipo sprinkler.
	Sistema de alarme e detecção contra incêndio	Esta edificação possui sistemas de detecção (acionador manual tipo quebra vidro) e alarme (sirenes para evacuação predial).
	Sistema de hidrantes com mangueiras	Esta edificação possui sistema de hidrantes com mangueiras em toda a extensão do prédio de acordo com a norma NBR 13714. Os hidrantes são pressurizados por bombas hidráulicas.
	Extintores de combate a incêndio	Esta edificação possui extintores portáteis ao longo de toda a sua extensão, tendo sido estes distribuídos conforme o risco incendiário a ser guarnecido. Os extintores existentes são dos tipos, PQS ABC (pó químico seco), PQS BC (pó químico seco), CO2 (gás carbônico) e uma carreta BC 50kg. Todos os extintores se encontram dentro da validade de manutenção.
	Brigada de incêndio, por meio de bombeiros civis em nível básico, salvamento e primeiros socorros durante 24 (vinte e quatro) horas	Esta edificação não possui brigada de incêndio fixa durante o período de funcionamento. O prédio conta com porcentagem da população treinada (brigada voluntária) para atender situações emergenciais.
	Sistema de transporte vertical (elevadores)	Esta edificação não possui sistema de transporte vertical (elevador).
	Sistema de Proteção contra descargas atmosféricas - SPDA	A edificação atualmente possui um sistema de proteção contra descarga atmosférica (SPDA) instalado na cobertura do prédio, com descidas estruturais integradas à própria estrutura do prédio.
	Escada e saídas de emergência	Esta edificação não possui escada e saídas de emergência, apenas escadas de uso comum. O prédio possui entrada pelos fundos (da Base operacional), sendo fundos e corredores como opção de saída em situações emergenciais.
	Iluminação de Emergência	O prédio possui blocos autônomos de emergência instalados ao longo de sua extensão.

ANEXO IV - PLANILHA DE FORMULAÇÃO DE PREÇO

1. PROPOSTA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"

Item	Código Siasg	Qtd e.	Unidade	Descrição	Valor Total em Risco	Limite Máximo de Garantia	Prêmio Anual (R\$)
01	000013943 Corretagem - Seguro	01	Serv.	Contratação de empresa seguradora para cobertura dos bens móveis e imóveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região	R\$ 311.893.099,74	R\$ 111.559.206,30	

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO (12 MESES)

R\$

2. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS / ENDEREÇO / ATIVIDADES DESENVOLVIDAS / VALORES EM RISCO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
"Contratação de seguro de riscos nomeados"

Item	Identificação do imóvel	Endereço	Área	Atividade	Valor dos Bens Imóveis (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor Total em Risco (R\$)
1.1	Ed. Sede I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	16.371,35 m²	Térreo - garagem/escritório Subsolo-depósito/escritório / garagem Sobreloja ao 3º pavimento-escritório	R\$60.638.461,09	R\$ 20.007.011,08	R\$
1.2	Ed. Sede II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 02, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília/DF, CEP 70070-900	8.559,00 m²	2º Subsolo ao Térreo: Depósito/ Escritório	R\$ 40.566.925,72	R\$ 15.375.874,29	R\$
1.3	Ed. Sede III - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo I do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	13.012,49 m²	1º Subsolo: Garagem/ Depósito/ Escritório/ Área de saúde Térreo - Escritório/ Área de saúde1º e 2º pavimento - Escritório.	R\$ 58.210.545,06	R\$ 53.348.661,24	R\$
	Ed. Anexo I - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	SAUS, Quadra 01, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores (antigo Ed. Anexo III do TRF1), Brasília/DF, CEP 70070-900	3.177,66 m²	Escritório1º andar: Escritório2º e 4º ss: escritório e depósito de material 3º e 5º ss: depósito/garagem Sobreloja ao 3º pavimento-escritório			
1.4	Edifício Anexo II - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Edif. Adriana" - SBS Quadra 02, Lote 16, Bloco D, Brasília/DF, CEP 70070-903	6.172,88 m²	Térreo ao 4º pavimento - Escritórios/Depósitos/Almoxarifado	R\$ 22.102.299,50	R\$ 15.135.116,76	R\$
	Centro de						

1.5	Treinamen to da Justiça da 1ª Região - Centrefufe	Setor de Clubes Sociais Sul, Trecho 02 - Lote 21 Brasília/DF, CEP 70200-970	5.945, 24 m²	Escola Técnica	R\$ 21.517.6 43,96	R\$ 945.928, 74	R\$
1.6	Base Operacion al de Serviços Administra tivos - Tribunal Regional Federal da 1ª Região	Setor de Garagens Oficinas Norte, Quadra 01 - Lotes 100/110/120, Brasília/DF, CEP 70610-610	1.746, 11 m2	Térreo - Gráfica, garagem e oficina Mezanino - Escritórios	R\$ 1.767.90 7,10	R\$ 2.276.72 5,20	R\$
SUBTOTAIS					R\$204.8 03.782, 43	R\$107. 089.31 7,31	R\$
VALOR EM RISCO TOTAL					R\$ 311.893.099,74		
LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA					R\$ 111.559.206,30		
3. COBERTURAS/ LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO / FRANQUIAS							
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO "Contratação de seguro de riscos nomeados"							
Valor em Risco Total: R\$ 311.893.099,74				Limite Máximo de Garantia: R\$ 111.559.206,30			
Cobertura			Risco	Limite Máximo de Indenização (R\$)	Franquias		
Básica: Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza			Relativ o	R\$ 111.559.206,30	Item 1.6 Base Operacional: 20% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 100.000,00 Itens 1.1 a 1.5: 10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 1.000,00		
Danos elétricos			Absolu to	R\$6.000.000,00	15% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 10.000,00		
Impacto de veículos e queda de aeronaves			Absolu to	R\$5.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 3.000,00		
Responsabilidade Civil (RC Geral) / Estabelecimentos Comerciais e/ou Industriais			Absolu to	R\$2.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00		
Derrame d'água ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers), sistema de hidrantes e mangotinhos			Absolu to	R\$3.000.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00		
Furto qualificado e roubo de bens			Absolu to	R\$300.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00		

Quebra de Vidros, espelhos, mármore e granitos, inclusive pele de vidro	Absoluto	R\$200.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 2.000,00
Alagamento e inundação	Absoluto	R\$5.000.000,00	20% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$30.000,00
Vazamento de tanques e ruptura de tubulações	Absoluto	R\$2.500.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis, limitado ao mínimo de R\$ 5.000,00



Documento assinado eletronicamente por **Daniel de Andrade Santos, Supervisor(a) de Seção**, em 04/08/2025, às 15:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **André Mamedes da Silva, Engenheiro(a)**, em 04/08/2025, às 16:18 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ciro Marcos de Souza Nunes, Engenheiro(a)**, em 05/08/2025, às 11:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Neuraciene Augusta Coelho, Supervisor(a) de Seção**, em 05/08/2025, às 13:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Miguel Melo Rufino dos Santos, Técnico Judiciário**, em 05/08/2025, às 13:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **23214454** e o código CRC **8C4F9BF2**.